

**CONTABILIDADE DE ATIVOS  
SOCIOAMBIENTAIS EM  
TERRITÓRIOS  
AMAZÔNICOS:  
PROPOSIÇÃO DE UM  
MODELO HÍBRIDO DE  
MENSURAÇÃO PARA  
ECONOMIAS DE BASE  
FLORESTAL**

**ACCOUNTING FOR SOCIO-ENVIRONMENTAL ASSETS IN AMAZONIAN  
TERRITORIES: PROPOSAL OF A HYBRID MEASUREMENT MODEL FOR  
FOREST-BASED ECONOMIES**

Ciências Exatas e da Terra, Ciências Agrárias, Ciências Sociais  
Aplicadas

• 31/05/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/780110625](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/780110625)

---

Rubens Savaris Leal<sup>1</sup>

Mônica Aparecida Bortolotti<sup>2</sup>

Maricléia Aparecida Leite Novak<sup>3</sup>

Alisson Renan Scheidt<sup>4</sup>

Alessandro Lepcha<sup>5</sup>

Jean Lucca Menon<sup>6</sup>

---

## RESUMO

A singularidade econômica, ecológica e sociocultural da Amazônia desafia os modelos tradicionais de mensuração contábil, especialmente quando se trata de reconhecer ativos associados à floresta em pé, às cadeias da sociobiodiversidade, aos serviços ecossistêmicos, aos saberes tradicionais e às formas comunitárias de produção. A contabilidade convencional, fortemente orientada por critérios monetários, transacionais e patrimoniais clássicos, tende a captar com maior facilidade ativos tangíveis comercializáveis, mas apresenta limitações para evidenciar valores socioambientais produzidos por economias de base florestal, como conservação da biodiversidade, manutenção de estoques de carbono, proteção hídrica, reprodução cultural, segurança alimentar, geração de renda comunitária e redução de pressões de desmatamento. Este estudo propõe um modelo híbrido de reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos socioambientais em territórios amazônicos, integrando variáveis econômicas, ecológicas e socioculturais. A pesquisa adota abordagem metodológica mista, combinando revisão bibliográfica, análise documental, estudo de casos em organizações e comunidades vinculadas à bioeconomia, e aplicação de análise multicritério para construção de índices compostos. O modelo proposto busca capturar o valor ampliado dos ativos florestais para além da lógica monetária convencional, articulando mensuração financeira, indicadores físicos, métricas ecológicas, parâmetros socioculturais e evidências narrativas. A proposta dialoga com debates internacionais sobre recursos naturais tangíveis, capital natural e contabilidade ecossistêmica, especialmente diante de iniciativas como o Sistema de Contabilidade Econômico-Ambiental das Nações Unidas e o projeto do IPSASB sobre recursos naturais tangíveis. Conclui-se que a contabilidade socioambiental aplicada à Amazônia deve avançar para modelos de sustentabilidade forte,

capazes de reconhecer que determinados ativos florestais não podem ser reduzidos integralmente a preço de mercado, pois possuem valor territorial, intergeracional, cultural e ecológico estratégico.

**Palavras-chave:** contabilidade socioambiental; Amazônia; ativos florestais; bioeconomia; mensuração híbrida; sociobiodiversidade.

## **ABSTRACT**

The economic, ecological and sociocultural singularity of the Amazon challenges traditional accounting measurement models, especially when recognizing assets associated with standing forests, sociobiodiversity value chains, ecosystem services, traditional knowledge and community-based production systems. Conventional accounting, strongly guided by monetary, transactional and classical patrimonial criteria, tends to capture more easily marketable tangible assets, but presents limitations in disclosing socio-environmental values produced by forest-based economies, such as biodiversity conservation, maintenance of carbon stocks, water protection, cultural reproduction, food security, community income generation and reduction of deforestation pressures. This study proposes a hybrid model for recognition, measurement and disclosure of socio-environmental assets in Amazonian territories, integrating economic, ecological and sociocultural variables. The research adopts a mixed methodological approach, combining literature review, documentary analysis, case studies in organizations and communities linked to bioeconomy, and multicriteria analysis for the construction of composite indices. The proposed model seeks to capture the expanded value of forest assets beyond conventional monetary logic, articulating financial measurement, physical indicators, ecological metrics, sociocultural parameters and narrative evidence. The proposal dialogues with

international debates on tangible natural resources, natural capital and ecosystem accounting, especially in light of initiatives such as the United Nations System of Environmental-Economic Accounting and the IPSASB project on tangible natural resources. The article concludes that socio-environmental accounting applied to the Amazon must advance toward strong sustainability models, capable of recognizing that certain forest assets cannot be fully reduced to market price, since they have strategic territorial, intergenerational, cultural and ecological value.

**Keywords:** socio-environmental accounting; Amazon; forest assets; bioeconomy; hybrid measurement; sociobiodiversity.

## 1. INTRODUÇÃO

A Amazônia representa um dos territórios mais complexos e estratégicos do planeta, tanto por sua riqueza ecológica quanto por sua diversidade sociocultural e econômica. A floresta amazônica abriga biodiversidade singular, regula ciclos hidrológicos, contribui para o equilíbrio climático, sustenta modos de vida tradicionais, fornece alimentos, fibras, óleos, frutos, sementes, resinas, plantas medicinais e matérias-primas utilizadas por comunidades, cooperativas, organizações sociais, empresas de base florestal e cadeias produtivas da bioeconomia. Entretanto, parte expressiva desses valores permanece sub-representada nos modelos tradicionais de contabilidade, especialmente quando não se converte imediatamente em transações monetárias ou ativos patrimoniais reconhecíveis segundo critérios convencionais.

A contabilidade, enquanto linguagem econômica das organizações, historicamente foi estruturada para registrar fatos patrimoniais mensuráveis monetariamente. Esse enfoque foi fundamental para a

consolidação da informação financeira, da prestação de contas, da auditoria e da comparabilidade empresarial. Todavia, quando aplicada a territórios amazônicos, essa lógica encontra limites evidentes. A floresta em pé, os serviços ecossistêmicos, a manutenção da biodiversidade, os saberes tradicionais, a estabilidade climática, a segurança alimentar comunitária, a proteção de nascentes, o manejo sustentável e a redução de emissões evitadas são dimensões de valor que frequentemente não aparecem adequadamente nos balanços, relatórios gerenciais ou demonstrações patrimoniais.

O problema é ainda mais relevante diante da expansão do debate sobre bioeconomia amazônica. A bioeconomia, quando orientada pela sociobiodiversidade e por princípios de sustentabilidade forte, não pode ser confundida com mera exploração de recursos naturais para novos mercados. Ela envolve produção econômica associada à conservação da floresta, valorização de comunidades locais, agregação de valor a produtos florestais, inovação tecnológica apropriada, respeito aos saberes tradicionais, repartição justa de benefícios e manutenção dos sistemas ecológicos. Estudos recentes sobre o tema destacam que a bioeconomia amazônica se relaciona às cadeias da sociobiodiversidade sustentáveis e nativas da Amazônia, indicando a necessidade de modelos econômicos compatíveis com conservação e desenvolvimento territorial.

Nesse contexto, torna-se necessário repensar a forma de reconhecer e mensurar ativos socioambientais. Um ativo socioambiental amazônico não pode ser compreendido apenas como bem natural apropriável ou mercadoria potencial. Ele pode envolver uma combinação de valor econômico, ecológico, territorial, cultural e social. Uma área de manejo de açaí nativo, por exemplo, não

representa apenas potencial de venda de frutos; representa também manutenção de cobertura florestal, renda familiar, identidade cultural, segurança alimentar, proteção de solo, biodiversidade associada, conhecimentos tradicionais e estabilidade comunitária. Uma cadeia de óleos vegetais amazônicos não se limita ao valor comercial do óleo; envolve manejo de espécies, conservação de matrizes florestais, organização comunitária, rastreabilidade, repartição de renda e preservação de práticas locais.

A discussão internacional sobre contabilidade de recursos naturais também vem avançando. O IPSASB publicou o Exposure Draft 92, Tangible Natural Resources, com o objetivo de propor orientação sobre reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de recursos naturais tangíveis nas demonstrações financeiras de propósito geral do setor público. Embora esse debate esteja fortemente vinculado ao setor público e à contabilidade patrimonial governamental, ele indica uma tendência global: recursos naturais antes tratados de forma periférica passam a ser objeto de discussão contábil específica, especialmente diante da necessidade de maior transparência sobre patrimônio natural, riscos ambientais e sustentabilidade.

Outro referencial relevante é o Sistema de Contabilidade Econômico-Ambiental das Nações Unidas. O SEEA Central Framework, adotado em 2012, concentra-se em contas físicas e monetárias de recursos naturais como água, energia e minerais, enquanto o SEEA Ecosystem Accounting, endossado em 2021, enfatiza dados espacialmente explícitos sobre ativos ecossistêmicos e fluxos de serviços ecossistêmicos. Esse modelo demonstra que a mensuração ambiental contemporânea precisa combinar

dimensões físicas, monetárias, territoriais e funcionais dos ecossistemas.

Diante desse cenário, este estudo parte do seguinte problema de pesquisa: **como reconhecer, mensurar e evidenciar ativos socioambientais em territórios amazônicos de modo compatível com economias de base florestal, sustentabilidade forte e pluralidade de valores econômicos, ecológicos e socioculturais?**

O objetivo geral é propor um modelo híbrido de mensuração contábil de ativos socioambientais aplicável a territórios amazônicos e economias de base florestal. Como objetivos específicos, busca-se: a) discutir os limites dos modelos tradicionais de mensuração contábil diante da realidade amazônica; b) definir o conceito de ativo socioambiental em territórios de floresta; c) estruturar dimensões econômicas, ecológicas e socioculturais de mensuração; d) propor matriz multicritério para avaliação e evidenciação desses ativos; e) indicar possibilidades de aplicação em organizações comunitárias, cooperativas, empresas de bioeconomia e políticas públicas territoriais.

A tese defendida é que a contabilidade socioambiental amazônica deve adotar modelos híbridos de mensuração, combinando valores monetários, indicadores físicos, índices ecológicos, métricas sociais e narrativas territoriais, pois a redução exclusiva do ativo florestal a preço de mercado invisibiliza dimensões essenciais de valor e pode induzir decisões incompatíveis com a conservação da floresta e a justiça socioambiental.

## **2. METODOLOGIA**

A pesquisa adota abordagem metodológica mista, com caráter teórico-propositivo, documental, qualitativo e quantitativo. Essa escolha decorre da própria complexidade do objeto: os ativos socioambientais amazônicos não podem ser analisados apenas por dados monetários, nem exclusivamente por narrativas qualitativas. É necessário combinar mensuração, interpretação e contextualização territorial.

A primeira etapa metodológica consiste em revisão bibliográfica sobre contabilidade socioambiental, ativos ambientais, capital natural, bioeconomia amazônica, serviços ecossistêmicos, sustentabilidade forte, contabilidade de recursos naturais e mensuração multicritério. A finalidade dessa etapa é construir a base conceitual para delimitar o que se entende por ativo socioambiental e por mensuração híbrida.

A segunda etapa consiste em análise documental. Serão considerados documentos normativos e técnicos relacionados à contabilidade aplicada ao setor público, relatórios internacionais sobre capital natural, documentos sobre bioeconomia amazônica, programas governamentais de desenvolvimento regional, estudos sobre cadeias da sociobiodiversidade e referenciais de contabilidade ambiental. O Programa Prioritário de Bioeconomia da Suframa para 2024-2028, por exemplo, reconhece fragilidades das cadeias produtivas da biodiversidade amazônica e sua relação com o desenvolvimento social, inclusive em indicadores como informalidade, escolaridade, ocupação e vulnerabilidade de populações tradicionais.

A terceira etapa envolve estudos de caso em comunidades, cooperativas, associações, organizações sociais ou empresas que

atuem em cadeias de bioeconomia, tais como açaí, castanha-do-brasil, cacau nativo, óleos vegetais, andiroba, copaíba, borracha nativa, mel de abelhas sem ferrão, sementes florestais, manejo comunitário madeireiro de baixo impacto, turismo de base comunitária, restauração florestal produtiva e sistemas agroflorestais. Os estudos de caso permitirão testar a aplicabilidade do modelo híbrido.

A quarta etapa consiste na aplicação de análise multicritério. Essa técnica é adequada quando o objeto de avaliação envolve múltiplas dimensões de valor que não podem ser reduzidas a uma única unidade monetária. A análise multicritério permitirá atribuir pesos, pontuações e escalas a variáveis econômicas, ecológicas e socioculturais, resultando em um índice composto de ativo socioambiental.

A quinta etapa envolve a proposição de modelo de evidenciação contábil expandida. Essa evidenciação poderá combinar quadros monetários, indicadores físicos, notas explicativas socioambientais, mapas territoriais, indicadores comunitários e relatórios narrativos. A proposta não pretende substituir integralmente as normas contábeis vigentes, mas oferecer uma camada complementar de evidenciação para organizações e territórios que atuam com economias de base florestal.

A pergunta metodológica central é: **quais dimensões e indicadores permitem reconhecer e mensurar o valor ampliado dos ativos socioambientais amazônicos sem reduzi-los exclusivamente a valores de mercado?**

As categorias de análise são: a) valor econômico direto; b) valor ecológico; c) valor climático; d) valor sociocultural; e) valor territorial; f) valor de governança comunitária; g) valor de inovação bioeconômica; h) risco socioambiental; i) capacidade de geração de benefícios futuros; j) evidenciabilidade contábil.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: ATIVOS SOCIOAMBIENTAIS E SUSTENTABILIDADE FORTE**

A noção de ativo, em sentido contábil clássico, está associada ao controle de um recurso presente capaz de gerar benefícios econômicos futuros. Essa definição funciona de maneira relativamente objetiva quando aplicada a máquinas, estoques, imóveis, contas a receber ou ativos financeiros. Porém, em contextos socioambientais complexos, especialmente na Amazônia, o conceito exige alargamento interpretativo.

Um ativo socioambiental pode ser definido como um recurso, sistema, prática, conhecimento, território ou arranjo produtivo que gera benefícios econômicos, ecológicos, sociais, culturais ou institucionais presentes e futuros, contribuindo para a sustentabilidade de comunidades, organizações e ecossistemas. Diferentemente do ativo convencional, seu valor não se esgota na possibilidade de venda ou troca. Ele pode produzir benefícios difusos, coletivos, intergeracionais e não mercantis.

A sustentabilidade forte é conceito central para essa discussão. Na sustentabilidade fraca, admite-se maior substituição entre capital natural e capital produzido; ou seja, perdas ambientais poderiam ser compensadas por ganhos econômicos ou tecnológicos. Na sustentabilidade forte, determinados componentes do capital

natural são críticos e não substituíveis, pois sustentam funções ecológicas essenciais. Essa perspectiva é fundamental para a Amazônia, onde a substituição da floresta por ativos econômicos convencionais pode gerar perda irreversível de biodiversidade, alteração de ciclos hidrológicos, emissões de carbono, conflitos fundiários e ruptura de modos de vida.

A contabilidade tradicional tende a reconhecer melhor o valor da floresta quando ela é transformada em produto: madeira extraída, fruto comercializado, óleo vendido, crédito de carbono certificado ou área monetizada. Porém, a floresta em pé, como sistema gerador de serviços ecossistêmicos e socioculturais, permanece subavaliada. Essa assimetria contábil pode induzir decisões econômicas desfavoráveis à conservação, pois aquilo que é destruído para gerar receita aparece com mais clareza nos registros do que aquilo que é preservado para gerar valor sistêmico.

Por isso, a contabilidade socioambiental precisa construir modelos capazes de evidenciar o valor da permanência, da regeneração, do manejo sustentável e da reprodução sociocultural. Em territórios amazônicos, a mensuração contábil deve dialogar com a economia ecológica, a antropologia econômica, a gestão territorial, a contabilidade ambiental e a bioeconomia.

#### **4. LIMITES DOS MODELOS TRADICIONAIS DE MENSURAÇÃO CONTÁBIL**

Os modelos tradicionais de mensuração contábil apresentam pelo menos cinco limites quando aplicados a ativos socioambientais amazônicos.

O primeiro limite é a dependência do valor monetário de mercado. Muitos ativos socioambientais não possuem mercado formal, preço observável ou transação comparável. A proteção de uma nascente, a manutenção de polinizadores, a conservação de conhecimento tradicional ou a estabilidade de uma comunidade extrativista podem gerar valor real, mas não preço direto.

O segundo limite é a dificuldade de reconhecimento do valor coletivo. A contabilidade patrimonial tradicional é orientada por entidades específicas. Porém, muitos ativos socioambientais são coletivos, comunitários, territoriais ou difusos. Um castanhal manejado por comunidade tradicional pode ter valor que ultrapassa a organização formal que comercializa a castanha.

O terceiro limite é a invisibilidade dos benefícios ecológicos indiretos. A floresta regula água, clima, solo, biodiversidade e microclima. Esses benefícios sustentam cadeias produtivas e modos de vida, mas raramente são reconhecidos em demonstrações contábeis.

O quarto limite é a temporalidade. Ativos socioambientais produzem benefícios de longo prazo e intergeracionais. A lógica financeira de curto prazo pode subestimar esses fluxos.

O quinto limite é a separação artificial entre econômico, ambiental e social. Nas economias de base florestal, essas dimensões são interdependentes. A renda da castanha depende da floresta; a floresta depende do manejo comunitário; o manejo depende da cultura local; a cultura depende do território.

Esses limites indicam que a mensuração híbrida não é apenas alternativa metodológica, mas necessidade epistemológica para que

a contabilidade consiga representar realidades amazônicas com maior fidelidade.

## **5. ECONOMIAS DE BASE FLORESTAL E BIOECONOMIA AMAZÔNICA**

As economias de base florestal abrangem atividades produtivas que dependem da floresta em pé, do manejo sustentável dos recursos naturais e da valorização dos modos de vida locais. Incluem cadeias extrativistas, sistemas agroflorestais, manejo comunitário, restauração produtiva, turismo de base comunitária, produção de bioinsumos, alimentos regionais, cosméticos naturais, fitoterápicos, fibras, sementes e produtos florestais não madeireiros.

A bioeconomia amazônica, quando orientada pela sociobiodiversidade, diferencia-se de modelos de bioeconomia baseados apenas em biotecnologia industrial ou substituição de matérias-primas fósseis. Na Amazônia, o componente territorial e comunitário é decisivo. A bioeconomia precisa gerar valor sem destruir a base ecológica que a sustenta.

Relatórios e programas recentes sobre o tema indicam a necessidade de fortalecer cadeias da sociobiodiversidade, assistência técnica, inovação tecnológica apropriada, crédito, comercialização, rastreabilidade e agregação de valor. Iniciativas como estudos de prospecção de cadeias de valor no Amazonas destacam cadeias relevantes da sociobiodiversidade e apontam para a construção de políticas públicas de bioeconomia.

O desafio contábil é que muitas dessas cadeias geram valor que não aparece integralmente no preço final. O litro de óleo de andiroba vendido no mercado não expressa, sozinho, o valor da árvore

preservada, do conhecimento sobre coleta, do trabalho comunitário, da manutenção da biodiversidade e da alternativa econômica ao desmatamento. O modelo híbrido deve captar essas camadas de valor.

## **6. PROPOSIÇÃO DO MODELO HÍBRIDO DE MENSURAÇÃO**

O modelo híbrido proposto parte da premissa de que ativos socioambientais amazônicos devem ser mensurados por múltiplas dimensões. Ele é denominado **Modelo Híbrido de Mensuração de Ativos Socioambientais Amazônicos — MHMAA**.

O modelo possui cinco dimensões principais:

1. dimensão econômica;
2. dimensão ecológica;
3. dimensão climática;
4. dimensão sociocultural;
5. dimensão de governança territorial.

Cada dimensão é composta por indicadores específicos, que podem ser mensurados em escala monetária, física, ordinal ou narrativa.

### **6.1. Dimensão Econômica**

A dimensão econômica mede a capacidade do ativo de gerar renda, reduzir custos, ampliar mercado ou sustentar cadeias produtivas. Indicadores possíveis:

- receita anual gerada pela cadeia;
- número de famílias beneficiadas;
- margem de agregação de valor local;
- volume produzido com manejo sustentável;
- estabilidade de renda ao longo do ano;
- acesso a mercados diferenciados;
- geração de empregos locais;
- participação de mulheres e jovens na renda produtiva;
- existência de contratos justos;
- rastreabilidade econômica.

Essa dimensão pode ser parcialmente monetizada, mas deve ser complementada por indicadores sociais de distribuição de renda.

## **6.2. Dimensão Ecológica**

A dimensão ecológica mede a contribuição do ativo para conservação da floresta e manutenção de funções ecossistêmicas.

Indicadores possíveis:

- área conservada associada à atividade;
- diversidade de espécies manejadas;

- ausência de desmatamento;
- regeneração natural;
- proteção de nascentes;
- manutenção de cobertura vegetal;
- presença de polinizadores;
- conservação de solo;
- uso de técnicas de baixo impacto;
- pressão evitada sobre recursos naturais.

Essa dimensão pode ser expressa em hectares, índices ecológicos, mapas e escalas qualitativas.

### **6.3. Dimensão Climática**

A dimensão climática mede contribuição para mitigação e adaptação climática. Indicadores possíveis:

- estoque de carbono mantido;
- emissões evitadas;
- áreas restauradas;
- redução de queimadas;
- resiliência hídrica;

- contribuição para microclima local;
- adaptação produtiva a eventos extremos.

Nem todos esses indicadores precisam ser convertidos em créditos de carbono. O modelo reconhece valor climático mesmo quando não há certificação comercial.

#### **6.4. Dimensão Sociocultural**

A dimensão sociocultural mede a relação entre ativo, comunidade e reprodução cultural. Indicadores possíveis:

- preservação de saberes tradicionais;
- participação comunitária;
- segurança alimentar;
- fortalecimento de identidade territorial;
- transmissão intergeracional de conhecimento;
- manutenção de práticas extrativistas sustentáveis;
- respeito a protocolos comunitários;
- repartição justa de benefícios;
- inclusão de povos e comunidades tradicionais;
- fortalecimento de organizações locais.

Essa dimensão exige metodologia qualitativa, entrevistas e evidências narrativas.

### **6.5. Dimensão de Governança Territorial**

A dimensão de governança mede a capacidade institucional de gerir o ativo de forma sustentável. Indicadores possíveis:

- existência de associação ou cooperativa;
- regras de manejo;
- acordos comunitários;
- controle social;
- rastreabilidade;
- transparência na repartição de receitas;
- regularidade documental;
- parcerias institucionais;
- acesso a assistência técnica;
- monitoramento ambiental.

Essa dimensão é essencial porque ativos socioambientais dependem de governança coletiva.

## **7. MATRIZ MULTICRITÉRIO DO MODELO**

A matriz multicritério pode atribuir pontuação de 0 a 5 para cada indicador:

- 0 — inexistente ou não demonstrado;
- 1 — muito frágil;
- 2 — incipiente;
- 3 — moderado;
- 4 — forte;
- 5 — muito forte ou plenamente demonstrado.

Cada dimensão pode receber peso conforme o tipo de ativo. Em cadeias extrativistas, a dimensão ecológica e sociocultural pode ter peso maior. Em organizações empresariais de bioeconomia, a dimensão econômica e de governança pode ser mais relevante, sem excluir as demais.

Uma fórmula simplificada seria:

**Índice de Ativo Socioambiental Amazônico = dimensão econômica ponderada + dimensão ecológica ponderada + dimensão climática ponderada + dimensão sociocultural ponderada + dimensão de governança ponderada.**

O resultado não substitui o valor monetário contábil, mas complementa a evidenciação. Assim, uma organização poderia apresentar:

- valor monetário da produção;
- indicadores físicos de manejo;
- índice de conservação;

- índice sociocultural;
- indicadores climáticos;
- notas explicativas territoriais;
- riscos e limites;
- benefícios comunitários.

Esse modelo evita a falsa precisão de tentar monetizar tudo e permite representação mais fiel da realidade socioambiental.

## **8. APLICAÇÃO EM ESTUDOS DE CASO**

O modelo pode ser aplicado em diferentes contextos.

### **8.1. Cadeia do Açaí Nativo**

Na cadeia do açaí, o modelo pode mensurar receita, famílias envolvidas, área manejada, biodiversidade associada, práticas de manejo, segurança alimentar, participação comunitária e agregação local de valor.

### **8.2. Castanha-do-brasil**

Na castanha, pode-se mensurar conservação de castanhais, renda extrativista, rastreabilidade, organização cooperativa, participação de povos tradicionais, proteção territorial e manutenção de floresta em pé.

### **8.3. Óleos Vegetais Amazônicos**

Em cadeias como andiroba, copaíba e pracaxi, o modelo pode avaliar coleta sustentável, saberes tradicionais, beneficiamento local, valor agregado, participação de mulheres e conservação das espécies.

#### **8.4. Sistemas Agroflorestais**

Nos sistemas agroflorestais, pode-se mensurar diversidade produtiva, restauração, captura de carbono, segurança alimentar, renda diversificada, redução de risco produtivo e regeneração ambiental.

#### **8.5. Turismo de Base Comunitária**

Nesse caso, os ativos socioambientais incluem paisagem, cultura, biodiversidade, hospitalidade, organização comunitária, conservação territorial e geração de renda local.

### **9. EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL EXPANDIDA**

A evidenciação dos ativos socioambientais amazônicos deve combinar demonstração monetária e relatório expandido. Uma proposta de estrutura de evidenciação inclui:

1. descrição do ativo socioambiental;
2. localização territorial;
3. comunidade ou organização responsável;
4. base ecológica do ativo;
5. cadeia produtiva associada;

6. valor econômico gerado;
7. indicadores físicos;
8. indicadores ecológicos;
9. indicadores climáticos;
10. indicadores socioculturais;
11. governança e repartição de benefícios;
12. riscos socioambientais;
13. limites de mensuração;
14. notas explicativas;
15. evidências documentais.

Essa evidenciação pode ser aplicada em relatórios de sustentabilidade, relatórios integrados, demonstrações socioambientais, prestação de contas de cooperativas, relatórios de projetos de bioeconomia, instrumentos de financiamento verde e políticas públicas territoriais.

O IPSASB, ao propor orientação sobre recursos naturais tangíveis, reconhece a necessidade de discutir reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação desses recursos nas demonstrações financeiras de propósito geral. Embora o modelo aqui proposto tenha foco socioambiental amazônico e não apenas patrimonial público, o debate internacional reforça a relevância do tema.

## **10. RESULTADOS ESPERADOS**

Espera-se que o modelo híbrido permita evidenciar valores que permanecem invisíveis em modelos contábeis convencionais. Organizações amazônicas de base florestal poderão demonstrar não apenas quanto vendem, mas que tipo de valor territorial produzem.

Espera-se também que o modelo fortaleça acesso a financiamento, especialmente em linhas de bioeconomia, crédito verde, fundos climáticos e programas de desenvolvimento territorial. Investidores e financiadores poderão avaliar melhor impactos socioambientais e riscos.

Outro resultado esperado é o fortalecimento da governança comunitária. Ao medir repartição de benefícios, participação, rastreabilidade e regras de manejo, o modelo incentiva transparência interna.

Espera-se ainda que o modelo contribua para políticas públicas, permitindo identificar cadeias de maior impacto socioambiental positivo e priorizar apoio técnico, crédito, infraestrutura e inovação.

Por fim, espera-se que a proposta contribua para o avanço teórico da contabilidade socioambiental ao demonstrar que ativos florestais amazônicos exigem mensuração plural e contextualizada.

## **11. DISCUSSÃO**

A principal discussão deste estudo é que a contabilidade precisa ampliar sua capacidade representacional diante da crise socioambiental. Em territórios amazônicos, o valor não está apenas no produto vendido, mas no sistema vivo que permite a produção.

Se a contabilidade reconhece apenas o valor da extração e ignora o valor da conservação, contribui indiretamente para decisões econômicas predatórias.

O modelo híbrido não pretende substituir normas contábeis financeiras, mas complementar a informação. Ele reconhece que determinadas dimensões podem ser monetizadas, enquanto outras devem ser expressas por indicadores físicos, qualitativos e narrativos. Essa combinação é mais adequada à sustentabilidade forte.

Outro ponto é que a mensuração socioambiental deve evitar apropriação indevida de valores comunitários. O conhecimento tradicional, a biodiversidade e o território não podem ser tratados como ativos privados sem consentimento, governança e repartição justa de benefícios. A contabilidade socioambiental deve ser ética e territorialmente sensível.

A proposta também dialoga com a necessidade de combater a invisibilidade econômica de povos e comunidades tradicionais. Muitas comunidades produzem conservação, biodiversidade e estabilidade climática, mas recebem pouca remuneração por isso. Evidenciar ativos socioambientais pode fortalecer sua posição em políticas públicas e mercados responsáveis.

## **12. CONCLUSÃO**

A contabilidade de ativos socioambientais em territórios amazônicos exige uma ruptura parcial com modelos de mensuração exclusivamente monetários e transacionais. A Amazônia apresenta formas de valor que ultrapassam a lógica patrimonial convencional, envolvendo ecossistemas, culturas, territórios, comunidades,

biodiversidade, clima, água, segurança alimentar, saberes tradicionais e economias de base florestal.

O estudo demonstrou que a contabilidade tradicional possui limitações para reconhecer plenamente ativos florestais e socioambientais. A floresta em pé, embora gere benefícios ecológicos e sociais essenciais, tende a ser menos visível do que ativos convertidos em mercadorias. Essa assimetria pode distorcer decisões econômicas e enfraquecer modelos sustentáveis.

A proposta de Modelo Híbrido de Mensuração de Ativos Socioambientais Amazônicos busca responder a esse desafio. Ao integrar dimensões econômicas, ecológicas, climáticas, socioculturais e de governança territorial, o modelo permite representar de forma mais ampla o valor produzido por cadeias da bioeconomia, comunidades tradicionais, cooperativas e organizações de base florestal.

Conclui-se que a mensuração híbrida é mais adequada aos princípios da sustentabilidade forte, pois reconhece que determinados ativos naturais e culturais não são plenamente substituíveis nem redutíveis a preço de mercado. A floresta amazônica deve ser compreendida como sistema gerador de múltiplos valores, e não apenas como estoque de recursos a serem convertidos em receita.

A pesquisa também evidencia que o debate internacional sobre recursos naturais, capital natural e contabilidade ecossistêmica reforça a atualidade do tema. Iniciativas como o SEEA e o projeto do IPSASB sobre recursos naturais tangíveis demonstram que a contabilidade caminha para incorporar, com maior rigor, os recursos

naturais e os serviços ecossistêmicos em seus modelos de evidenciação.

Por fim, a contabilidade socioambiental amazônica deve servir à conservação, à justiça territorial e ao desenvolvimento sustentável. Seu objetivo não deve ser apenas atribuir números à natureza, mas tornar visíveis os valores que sustentam a vida, a cultura e a economia da floresta. Um modelo híbrido de mensuração pode contribuir para políticas públicas, financiamento verde, governança comunitária, relatórios de sustentabilidade e fortalecimento das economias de base florestal, desde que aplicado com ética, participação social e respeito aos direitos territoriais.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais.** Manaus: PPGSCA-UFAM, 2008.

BARTELMUS, Peter. **Quantitative eco-nomics: how sustainable are our economies?** Dordrecht: Springer, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Plano de Trabalho do Programa Prioritário de Bioeconomia 2024-2028.** Brasília, DF: Suframa, 2024.

CAPITALS COALITION. **Natural Capital Protocol.** London: Capitals Coalition, 2016.

COSTANZA, Robert et al. The value of the world's ecosystem services and natural capital. **Nature**, London, v. 387, p. 253-260, 1997.

ELKINGTON, John. **Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business.** Oxford: Capstone, 1997.

INTERNATIONAL PUBLIC SECTOR ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **Exposure Draft 92: Tangible Natural Resources.** New York: IPSASB, 2024.

MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da. **Economia do meio ambiente: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

MOTTA, Ronaldo Seroa da. **Manual para valoração econômica de recursos ambientais.** Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 1998.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **System of Environmental-Economic Accounting — Ecosystem Accounting.** New York: United Nations, 2021.

PEARCE, David; TURNER, R. Kerry. **Economics of natural resources and the environment.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1990.

SEDECTI-AM; GIZ. **Bioeconomia e cadeias de valor da sociobiodiversidade no Amazonas.** Manaus: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas, 2022.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VIANA, Virgílio M. **Manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira**. Manaus: Fundação Amazonas Sustentável, 2010.

YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann; LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. Meio ambiente e competitividade na indústria brasileira. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 5, n. especial, p. 231-259, 2001.

---

<sup>1</sup> Graduado em Administração e em Contabilidade pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>2</sup> Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Gestão Pública e Doutora em Políticas Públicas (UFPR). Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>3</sup> Doutora em Desenvolvimento Comunitário pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>4</sup> Especialista (MBA) em Gestão Financeira, Auditoria e Controladoria pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>5</sup> Doutor em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atua na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>6</sup> Especialista pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

